

RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.634 - SC (2014/0241081-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : MILTON BACCIN E OUTRO(S) - SC005113
RENATA STEINBACH - SC027949
RECORRIDO : CERÂMICA SERRA AZUL LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO : ESTEVÃO RUCHINSKI FILHO E OUTRO(S) - SC020928

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por BANCO BRADESCO S/A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

"AGRAVO (ART. 557, § 10, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL) EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO, LIMINARMENTE, AO RECURSO POR ENTENDER QUE A DECISÃO AGRAVADA TERIA RATIFICADO OS TERMOS DA ANTERIOR - DECISÃO ANTERIOR QUE DEFERIU A LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO EM FAVOR DO BANCO SEM A OITIVA DA PARTE CONTRÁRIA- DECISÃO AGRAVADA QUE APÓS TER ACESSO A NOVOS FATOS E PEDIDOS MANTEVE A LIMINAR CONCECIDA ANTERIORMENTE - DECISÃO POSTERIOR APRESENTA CUNHO DECISÓRIO E ACARRETA GRAVAME À RECORRENTE, LOGO, É PASSÍVEL DE SER IMPUGNADA VIA AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVANTE NÃO PODERIA TER RECORRIDO DA PRIMEIRA DECISÃO EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DESTA CORTE ANALISAR- FATOS E PEDIDOS NOVOS NÃO APRECIADOS NO PRIMEIRO GRAU SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - TEMPESTIVIDADE RECURSAL RECONHECIDA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." (fl. 55)

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 162, § 2º, 504, 522, 183 e 471 do CPC/73, sustentando, em síntese, que a apresentação de pedido de reconsideração, em face da decisão interlocutória concessiva de liminar de busca e apreensão, não interrompe, nem suspende o prazo para a interposição do recurso de agravo de instrumento, única via adequada para impugnar o *decisum*.

Contrarrazões apresentadas às fls. 92/97.

É o relatório.

De início, registre-se que não foi possível verificar o andamento do feito no *site* do TJSC, em razão do requerimento de senha para essa finalidade. Por esse motivo, restou inviável verificar se a demanda já foi sentenciada, o que implicaria a perda do objeto do apelo.

Cuida-se, na origem, de recurso de agravo de instrumento interposto contra decisão do juízo singular que, em sede de *pedido de reconsideração*, **manteve** decisão liminar em ação de busca e apreensão.

Surgida a controvérsia a respeito da tempestividade do recurso, uma vez que referido pedido de reconsideração não teria o condão de interromper ou de suspender o prazo processual respectivo, o Tribunal de origem decidiu conhecer da irresignação, por considerar que o segundo julgado, mantendo a liminar de busca e apreensão, teria apreciado elementos novos e conteria carga decisória, renovando, assim, o interesse recursal da parte ré. Eis trecho do aresto estadual:

"Assim, a agravante agiu corretamente quando peticionou nos autos de origem, postulando a reconsideração da decisão de primeiro grau tendo em vista que, deve o juiz a quo ter a oportunidade de rever a decisão que proferiu, desta feita com novos elementos de convicção, não cabendo a este órgão decidir questões que ainda não foram apreciadas em primeira instância. Admitir-se o contrário seria chancelar inegável supressão de instância, pois não se pode modificar, em sede de agravo, decisão que não se baseou nos documentos apresentados no recurso." (fl. 57)

Contudo, em face de decisão interlocutória concessiva de tutela de urgência, deve-se interpor o agravo de instrumento (art. 522 do CPC/73). A apresentação de pedido de reconsideração, portanto, é medida de impugnação imprópria e, como tal, não tem o condão de suspender ou de interromper o prazo de interposição do recurso adequado. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL. AFIRMADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO NA ORIGEM POR INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NÃO INTERROMPE OU SUSPENDE O

PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO CABÍVEL. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 284 DO STF. NCPC. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC, não mereciam acolhida os embargos de declaração que tinham o nítido caráter infringente.

2. O acórdão recorrido decidiu em harmonia com a jurisprudência desta eg. Corte Superior quando não conheceu do agravo de instrumento lá interposto por intempestividade, pois o pedido de reconsideração não interrompeu o prazo para interposição do recurso cabível. Precedentes. Inafastável a incidência da Súmula nº 83 do STJ.

3. A alegada afronta à lei federal não foi demonstrada com clareza, caracterizando, dessa maneira, a ausência de fundamentação jurídica e legal, conforme previsto na Súmula nº 284 do STF.

4 Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado nº 1 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 607.870/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 01/06/2016)"

Assim, considerando que as duas decisões do juízo singular tiveram o mesmo objeto (liminar de busca e apreensão), a interposição do agravo em face apenas do segundo *decisum* foi intempestiva.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para tornar sem efeito o acórdão estadual, uma vez que o agravo de instrumento foi manifestamente intempestivo.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator